



## **PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS NAS ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ - PB**

Atiliane da Silva Rafael<sup>1</sup> Fabiano Custódio de Oliveira<sup>2</sup> Jamille Bezerra Cantalice<sup>3</sup>

<sup>1</sup>*Graduanda em Tecnologia em Agroecologia pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG/athyliane@gmail.com*

<sup>2</sup>*Professor Mestre em Geografia e coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - CDSA/UFCG fabiano.geografia@gmail.com*

<sup>3</sup>*Graduada em Tecnologia em Agroecologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Pós-graduanda em Extensão Universitária e Desenvolvimento Sustentável pela NUPLAR/UFPB- João Pessoa, Paraíba. jamile.cantalice@gmail.com*

### **Resumo:**

Atualmente o modelo agrícola de produção tem adotado práticas causadoras da destruição do meio ambiente. Nesse contexto surge a Agroecologia com princípios baseados na formação de novos modelos de agricultura de base ecológica. Diante disso têm-se percebido a necessidade da implementação de uma educação ambiental baseada nos princípios agroecológicos para os diferentes níveis de ensino buscando a formação de sujeitos ecológicos. Dessa forma o presente trabalho objetiva verificar como está sendo realizado o ensino de práticas agroecológicas nas escolas do campo do município de Sumé – PB. A análise dos dados mostrou que, a maioria dos professores tem certo conhecimento a cerca da Agroecologia e realizam práticas a partir desse conhecimento. Percebemos que as práticas que mais se fazem presentes nas escolas são a construção de hortas orgânicas com uso de garrafas PET e a produção de composto orgânico. Embora exista a realização de alguma prática percebemos que isso se dá de forma ainda precária principalmente devido à falta de material didático, capacitações para os professores voltadas para essa temática, a estiagem prolongada e a falta de conhecimento por parte da comunidade.

**Palavras-Chave:** Agroecologia. Educação do Campo. Práticas Agroecológicas.



## Introdução

As discussões em torno de “novas” práticas na agricultura inserem-se, nos últimos anos, no debate da sustentabilidade, ou seja, a adoção de um padrão tecnológico e de organização social e produtiva que não use de maneira predatória os recursos naturais e não modifique com tanta agressividade o meio ambiente, buscando compatibilizar um padrão de produção agrícola que integre com equilíbrio os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A crise do ambiente exige, nesse contexto, que a educação seja mediadora na atividade humana articulando teoria-prática. Atualmente, há consenso sobre a necessidade de problematização das questões ambientais em todos os níveis de ensino. A educação ambiental vem sendo valorizada como uma ação educativa que deve estar presente no currículo, de forma transversal e interdisciplinar, articulando o conjunto de saberes, formação de atitudes e sensibilidades ambientais, responsabilidade, compromisso, solidariedade que constituem aspectos fundamentais para a formação do sujeito ecológico (BERNARDES, et al, 2013).

Nesse contexto, insere-se a Agroecologia considerada como ciência ou campo de conhecimentos de natureza multidisciplinar, cujos ensinamentos pretendem contribuir na construção de estilos de agricultura de base ecológica e na elaboração de estratégias de desenvolvimento rural, tendo-se como referência os ideais da sustentabilidade numa perspectiva multidimensional.

Para Adorno (2000) a educação deve priorizar a experiência crítico-formativa e desenvolver os seus elementos subjetivos e objetivos para desenvolver plenamente suas potencialidades humano-formativas (desenvolvimento pleno do indivíduo, para que possa exercer sua cidadania). Seu sentido deve estar volta do para a formação de sujeitos ativos na apropriação e na elaboração do conhecimento, para a compreensão de seu papel como agentes de mudanças na realidade em que vivem e na busca da transformação.

As escolas do meio urbano e rural podem ser protagonistas da difusão das práticas agrícolas agroecológicas por meio da educação ambiental. Para o meio rural a educação ambiental tem um caráter bastante peculiar, pois deve estar voltada aos interesses e ao desenvolvimento sociocultural e econômico da população que moram e trabalham no campo.

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva verificar como está sendo realizado o ensino de práticas agroecológicas nas escolas do campo do município de Sumé – PB, uma vez que o desenvolvimento de práticas agroecológicas nas escolas do campo promove a formação de cidadãos conscientes e atuantes na preservação do meio ambiente.



## **Metodologia**

Para a realização da pesquisa foi feita inicialmente uma pesquisa bibliográfica tendo em vista que é por meio do material já existente que se dá início a uma investigação científica. Além do suporte teórico, a pesquisa bibliográfica permite ao investigador o acesso a uma maior amplitude de fenômenos, o que auxilia no desenvolvimento de pesquisas que requerem dados muito disperso (GIL, 2008).

Foram efetuadas visitas às escolas para realização de coleta de dados junto aos professores por meio da aplicação de questionários que objetivaram conhecer o universo pesquisado e identificar possíveis formas de contribuição para a melhoria do ensino de práticas agroecológicas nas escolas do campo.

As escolas do campo do município de Sumé – PB que foram alvo dessa pesquisa, foram: U.M.E.I.E.F. Manoel Inácio, U.M.E.I.E.F. José Bonifácio Barbosa de Andrade, U.M.E.I.E.F. Rodolfo Santa Cruz, U.M.E.I.E.F. Senador Paulo Guerra e U.M.E.I.E.F. João de Sousa.

Para a análise de dados foram usados os recursos de construção de gráficos e análise descritiva já que estes nos permitem evidenciar os aspectos visuais dos dados obtidos e descrevê-los estabelecendo a relação existente entre eles (LAKATOS & MARCONI, 2003; TEIXEIRA, 2010).

## **Resultados e Discussão**

### **A Educação do Campo**

O processo que resulta na construção dessa proposta que conhecemos como Educação do Campo não é algo recente, mas fruto de um processo de lutas, movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil e povos do campo.

De acordo com Pires (2012) a primeira referência sobre Educação do Campo, que na época foi designada ‘educação rural’, apareceu em 1923, mediante a proposta de produção e difusão do conhecimento técnico-agrícola no meio rural ao lado de investimento na agricultura, sendo voltada para crianças que desejasse trabalhar nessa área.

A diferença entre a educação rural e Educação do Campo está pautada no fato da segunda estar fundamentada na situação social, política e pedagógica, pensada a partir dos próprios sujeitos a que se destina, tratando-se por tanto de “uma educação dos e não para os sujeitos do campo, feita

através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos”. No quadro abaixo mostra a diferenciação entre a Educação Rural e a Educação do Campo.

**Quadro 1.** Diferenças entre a Educação Rural e Educação do Campo.

Educação Rural	Educação do Campo
Criada pelo Estado sob uma ótica assistencialista, ou de ordenamento social a partir de um modelo de dominação da elite fundiária	Construído pelos e com os sujeitos do campo
Propõe uma escolaridade voltada para o ensino técnico-profissional, definida pelas necessidades do mercado de trabalho	Pensada sob as diferentes esferas: social, política e pedagógica, fundamentada em princípios que valorizam os povos do campo considerando o meio em que vivem
Pensadas a partir do mundo urbano, fica a serviço da modernização do campo	Princípios voltados para o processo de desenvolvimento sustentável
Retrata o campo a partir do olhar do capital e seus sujeitos de forma estereotipada, inferiorizada.	Pensada a partir da especificidade e do contexto do campo e de seus sujeitos

Fonte: PIRES, 2012.

Desta forma, as lutas pelos povos do campo objetivavam a implantação de políticas públicas que assegurem o seu direito à educação e uma educação no e do campo, conforme Caldart (2008): “**No:** o povo tem o direito a ser educado onde vive; **Do:** o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

Logo, a Educação do Campo deve ser voltada à formação de cidadãos cientes das problemáticas existentes no campo, porém, dispostos a enfrentá-los, coletivamente.

Nesse sentido, é fundamental viabilizar as escolas do campo a construção de uma proposta pedagógica diferenciada, expressa sob a forma de seleção de conteúdo, organização, sistematização



e formação de conceitos, envolvendo todos os que fazem parte da escola, partindo de uma análise do contexto do campo, da escola e da concepção de Educação do Campo. Além de ter um currículo que trabalhe o território, a terra e a cultura, saindo da visão generalista e única de conhecimento que predomina nos currículos da educação básica (SILVA, 2011; PIRES, 2012).

Arroyo (2007) diz que a organização do trabalho pedagógico na Educação do Campo requer uma formação de educadores (as) a partir da dinâmica social, política e cultura existente no campo, e através de lutas pelos direitos de seus povos, pelo direito a terra, ao território, ao modo de produção camponesa, à educação, à escola.

Dessa forma, Silva (2004) definiu Educação do Campo como “toda ação desenvolvida junto aos povos do campo, ‘incorporando os povos e o espaço da floresta, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas’ e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida”.

Entre os princípios da Educação do Campo encontra-se o incentivo a formulação de projetos político-pedagógicos específicos que estimulem o desenvolvimento das unidades escolares em diversos fatores, entre eles o estudo direcionado para o desenvolvimento social, ecologicamente justo e ambientalmente sustentável (BRASIL, 2010).

Para Ramos et al. (2004) pensar em educação na relação com o desenvolvimento sustentável é pensar a partir da ideia de que o local pode ser reinventado através de suas potencialidades que podem surgir a partir da revitalização da importância do coletivo como método de participação popular de gestão das políticas e das comunidades onde vivem. Além disso, a educação deve pensar o desenvolvimento levando em conta os aspectos da diversidade, da situação histórica particular de cada comunidade, os recursos disponíveis, as expectativas, os anseios e necessidades dos que vivem no campo.

De acordo com Lima e Silva (2011) o debate sobre desenvolvimento sustentável nas escolas do campo passa pela desconstrução da ideia de desenvolvimento disseminada nos meios de comunicação que distorce a ideia de desenvolvimento e sustentabilidade e aumenta a dicotomia entre campo e cidade.

Dessa forma o papel da escola do campo não é impor aos alunos modelos ou projetos de vida, mas conscientizá-los das diferenças, contradições e possibilidades que esses espaços oferecem fornecendo-lhes conhecimentos e tecnologias que lhes permitam reinventar as formas de viver e produzir no campo, garantindo sustentabilidade e qualidade de vida.



## **Práticas Agroecológicas nas escolas do campo de Sumé - PB**

Uma das grandes questões que têm se colocado hoje diante da realidade ambiental em que vivemos é: o que pode ser feito para melhorar essa situação. Vários aspectos devem ser levados em consideração sendo um deles o aspecto educativo, sobretudo se tratando de escolas campesinas.

Para Theodoro et al. (2009) a mudança mais acentuada e radical deve ocorrer na prática pedagógica, uma vez que existe um vazio pedagógico na educação do campo, já que são comumente trabalhados conteúdos inadequados à realidade, há professores cuja formação é discriminadora em relação ao meio rural e a lamentável prática do transporte escolar do campo para a cidade. Além disso, o autor ressalta ainda que uma das anomalias que a atual educação, quer seja no campo ou na cidade, cristalizou é a cisão teoria/prática.

Frente a essa realidade tem se apresentado cada vez mais necessário o desenvolvimento de ações que promovam a agroecologia e a prática de uma educação não apenas situada no campo, mas, construída a partir das características sociais, políticas, econômicas e ambientais intrínsecas do campo (SOUZA et al. 2012).

Considerando-se que o campo é o espaço de moradia e trabalho é importante trabalhar-se com uma educação emancipadora que considera e valoriza as práticas de seus habitantes, já que segundo Caporal (2009) a Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística.

De acordo com Souza e Costa (2012) a proposta da Educação do Campo sugere o estabelecimento de um processo educativo considerando os conhecimentos camponeses e sua situação sociopolítica. Esta proposta prevê a valorização dos saberes camponeses, principalmente por sua íntima relação com o ambiente natural.

A Agroecologia por sua vez, segundo Leff (2002) se funda nas experiências produtivas da agricultura ecológica, visando elaborar propostas divergentes ao modelo produtivo agroindustrial, buscando um modelo de agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável, colocando em pé de igualdade o conhecimento científico e os saberes locais gerados pelos agricultores.

Freire (1996) ressalta que o ensino deve ser realizado respeitando os saberes dos educandos, baseado no meio em que os mesmos estão inseridos, porém, nem sempre se vê na prática o ensino



voltado à realidade dos alunos. Diante disso, percebe-se a importância em se realizar práticas agroecológicas, sobretudo nas escolas do campo uma vez que o meio em que o aluno está envolvido favorece o ensino de tais práticas, promovendo uma efetiva aprendizagem por parte dos alunos.

Desta forma, através da pesquisa verificamos que a classe docente do campo no município de Sumé é composta por um quadro de 16 professores, destes, 50% dos professores são formados em Pedagogia e são polivalentes, ou seja, ou seja, capaz de apropriar-se e articular os conhecimentos básicos das diferentes áreas do conhecimento que compõe atualmente a base comum do currículo nacional dos anos iniciais do ensino fundamental, desenvolvendo um trabalho interdisciplinar (LIMA, 2007). Isso se deve ao fato de as escolas do campo serem multisseriadas, ou seja, aquelas que apresentam duas, três e até quatro séries diferentes para um único professor ao mesmo tempo e no mesmo espaço (DRUZIAN & MEURER, 2013), fornecendo ensino desde a Educação infantil ao 5º ano não exigindo professores por área de conhecimento.

Quanto à percepção dos docentes no que se refere à Agroecologia e suas práticas notou-se que estes apresentam certo conhecimento, embora de forma limitada. Sendo que o fato de existir um campus da Universidade Federal de Campina Grande no município o qual contempla o curso Superior de Tecnologia em Agroecologia tem desempenhado um importante papel na difusão do conhecimento a respeito do referente curso já que 56% dos entrevistados relataram ter tido acesso à informações sobre a área através do campus.

No que se refere ao currículo das escolas do campo, percebeu-se que as disciplinas trabalhadas que envolvem a temática são limitadas, como também o material didático utilizado apresenta conteúdo limitado, logo as atividades desenvolvidas têm se restringido à isso, resumindo-se em produção de composto (adubo orgânico) que é o resultado final do processo de decomposição e reciclagem de materiais orgânicos (COOPER, 2010), e hortas orgânicas com o uso de garrafas PET (fotos 1,2 e 3).





**Foto 1** - Aula prática para construção de jardim suspenso com garrafas PET na escola Rodolfo Santa Cruz - Sítio Pitombeira.



**Fonte:** Arquivo da U.M.E.I.E.F. Rodolfo Santa Cruz - Sítio Pitombeira.

**Foto 2** - Aula de campo sobre a importância da cobertura morta para proteção do solo na escola Rodolfo Santa Cruz.



**Fonte:** Arquivo da U.M.E.I.E.F. Rodolfo Santa Cruz - Sítio Pitombeira.





**Foto 3-** Aula prática para sobre compostagem na escola Rodolfo Santa Cruz - Sítio Pitombeira.



**Fonte:** Arquivo da U.M.E.I.E.F. Rodolfo Santa Cruz - Sítio Pitombeira.

Os entrevistados mostraram-se cientes da importância em se trabalhar com práticas agroecológicas no processo de formação cidadã dos alunos, voltados para conscientização acerca de uma realidade sustentável e valorização do meio em que vivem. Com a realização da pesquisa percebeu-se que os principais fatores que têm dificultado a realização das atividades são, principalmente, a falta de material e capacitações voltadas para essa temática com os professores, a falta de profissionais específicos nessa área nas escolas e a falta de conhecimento por parte da comunidade o que dificulta a implantação de um modelo de vida mais sustentável baseado na realização de práticas agroecológicas.

Para os professores o que poderia ser feito no intuito de melhorar o ensino voltado para a Agroecologia e a realização de práticas agroecológicas está vinculado ao fornecimento de material didático voltado especificamente para esse assunto, capacitações para os professores abordando essa temática e a inserção de profissionais da área nas escolas do campo, proporcionando maiores oportunidades para realização dessas práticas e um ensino com maior propriedade sobre o assunto.

Além de que também foi sugerida a elaboração de uma proposta curricular para nortear as propostas pedagógicas, ou seja, criar um currículo para as escolas do campo do município que contemple o ensino da Agroecologia para que cada escola adeque esse currículo à sua proposta pedagógica de acordo com sua realidade.

## **Conclusão**

Diante da pesquisa realizada a cerca do ensino de práticas agroecológicas nas escolas do campo do município de Sumé – PB percebeu-se que os professores têm conhecimento sobre o que é Agroecologia e algumas práticas relacionadas a essa área, embora esse conhecimento seja básico e as práticas realizadas nas escolas limitem-se à ele.

Notou-se também que além do conhecimento limitado, a falta de materiais didáticos e outros recursos e o entendimento das pessoas da comunidade a respeito das práticas agroecológicas são considerados as principais dificuldades para a realização desse ensino nas escolas do campo. Porém, se as escolas dispusessem de materiais como: livros, cordéis, gibis, vídeos, jogos como também espaço adequado para a realização de atividades de práticas agroecológicas, esse estudo poderia se dar de maneira mais específica e complexa, além de tornar-se mais dinâmico e prazeroso já que tratam-se de trabalhos realizados principalmente com crianças, tornando-os agentes multiplicadores dessa prática.

Consideramos que seria de grande valia a implementação, por parte da Secretaria de Educação do município, de uma grade curricular voltada para atender o ensino das práticas de Agroecologia dentro da proposta das escolas do campo. Além da inserção de um profissional capacitado para contribuir com o ensino dessa prática.

Sendo assim, é indispensável a criação de políticas que supram essas necessidades que as escolas campesinas têm em ensinar e realizar práticas agroecológicas, valorizando o que já existe e contribuindo para o desenvolvimento sustentável local através de uma educação ambiental de qualidade nas escolas do campo.

## Referências

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ARROYO, M. **Políticas de formação de educadores (as) do campo**. Caderno Cedes, Campinas, v.27, n. 72, p. 157-176. Maio/agosto. 2007.

BERNARDES, M. B. J. et al. Educação Ambiental e Agroecologia nas Escolas do Campo. **Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium**. Ituiutaba, v. 4, Special Issue 1, p. 436-447, jul./dez. 2013.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília, 2010.

CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs). **Por uma Educação do Campo**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia**: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. 1 ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v. 1., 30 p.

COOPER, M. et al. **Compostagem e reaproveitamento de resíduos orgânicos agroindustriais**: teórico e prático. Piracicaba: ESALQ. 2010. 35 p. Série Produtor Rural. Edição Especial.

DRUZIAN, F.; MEURER, A. C. Escolas do Campo multisseriada: experiência docente. **Revista Geografia, Ensino e Pesquisa**, vol.17, n. 2, maio/ago. 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em < <http://cidades.ibge.gov.br>> Acesso em: 08 dez. 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, E. M. de. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 1, Porto Alegre, p. 36-51, jan./mar. 2002.

LIMA, E. de. S.; SILVA, M. S. P. da. Currículo das escolas do campo: perspectivas de rupturas e inovação. In: LIMA, E. de S.; SILVA, A. M. da. **Diálogos sobre Educação do Campo**. Teresina: EDUFPI, 2011.

LIMA, V. M. M. **Formação do professor polivalente e os saberes docentes**: um estudo a partir de escolas públicas. 14/12/2007. P. 64. Tese (Doutorado em Educação) – USP. São Paulo. 2007.

PIRES, A. M. **Educação do campo como direito humano**. São Paulo: Cortez, 2012.

RAMOS, M. N. T. et al. **Referências para uma política nacional de Educação do Campo**: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004, p. 48.

SILVA, M. S. Educação básica do campo: organização pedagógica das escolas do meio rural. In: BATISTA, M. do. S. X. (Org). **Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas da Educação do Campo**: pesquisas e práticas educativas. 1 ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2001, v.01, p. 303-316.

SILVA, M. S. **Educação do campo e desenvolvimento**: uma relação construída ao longo da história. 2004.

SOUZA, M. M. O. et al. **Agroecologia e educação do campo**: pesquisa, ação e reflexão a partir das escolas do campo do município de Goiás – GO. In: V Seminário de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste. 2012.

SOUZA, M. O. de.; COSTA, A. A. da. **Educação do Campo e Agroecologia: perspectivas a partir das escolas no/do campo do município de Goiás – GO**. Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research médium. Ituiutaba, v. 4, Special Issue 1, p. 351-373, jul./dez. 2012.

THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. (Orgs). **Agroecologia**: um novo caminho para extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.



